

A integridade territorial, o mercado interno e a industrialização e os debates acerca de uma política de deslocamentos populacionais no Estado Novo.

JULIO CESAR ZORZENON COSTA*

O desenvolvimento econômico brasileiro desencadeado no pós 1930 fincou-se, cada vez mais, na produção industrial brasileira. Fato esse provocado pelos impactos da crise econômica mundial que, ao provocar uma certa desarticulação do comércio internacional e a redução da capacidade de importação, a partir da perda de dinamismo do setor exportador, principalmente o cafeeiro, permitiu a emergência de um novo padrão de acumulação urbano-industrial e tornou o mercado interno brasileiro praticamente cativo às indústrias nacionais¹, com destaque para as indústrias que se concentravam em São Paulo (capital e estado).

É evidente que esse processo passou a reclamar a constante integração e o crescimento do mercado interno nacional o que, por sua vez, realçam a importância da distribuição populacional, do território brasileiro e de sua extensão continental. O território nacional passou a assumir uma importância significativa, pois a extensão do mercado nacional corresponderia, em tese, potencialmente à dimensão territorial da nação e ao seu efetivo povoamento.

O Brasil, no entanto, era à época uma nação irregularmente povoada, com fracos vínculos regionais e pequenos estímulos integradores. Dessa maneira, o potencial representado pela generosa extensão territorial brasileira não era plenamente aproveitado como fator de construção e ampliação de um mercado interno verdadeiramente nacional, tanto no que respeita à circulação e ao consumo de mercadorias quanto no que se refere ao aproveitamento de suas riquezas naturais. Era urgente, pois, que as vastas dimensões consideradas vazias desse território fossem ocupadas e integradas aos circuitos econômicos.

Assim, a ocupação e a integração do território nacional apresentavam-se como necessidades estratégicas para o desenvolvimento econômico. Tal questão implicou a

* Universidade Federal de São Paulo, Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP.

¹ CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global / Campinas: Editora da Unicamp, 1985, p. 29.

necessidade da organização de políticas migratórias e colonizadoras consoantes com as preocupações acima indicadas.

Por outro lado, na visão do núcleo do poder, bem como para um grande número de técnicos e intelectuais que apoiavam o governo, a integridade do território brasileiro encontrava-se ameaçada. Essa ameaça era considerada como o resultado de heranças do regime anterior. Na caracterização dessas heranças, três aspectos ganhavam relevância: a questão política; a estruturação econômica; e a opção imigrantista.

*“Não será exagero colocar que a **possibilidade de um esfacelamento do território nacional**, ao lado da ação subversiva de grupos portadores de ideologias “alienígenas”, foram eleitas pelo Estado Novo como as duas grandes ameaças que teriam tornado absolutamente necessário o regime de força implantado em 1937. Já no discurso de inauguração do regime, proferido no mesmo dia em que o golpe foi desfechado, Getúlio Vargas descrevia uma situação dramática, identificando o separatismo e o imperialismo como fatores de desagregação nacional agindo interna e politicamente”².*

Do ponto de vista político, avaliava-se que a Primeira República havia se caracterizado por um ultrafederalismo no qual os interesses locais e regionais, incorporados por diferentes frações oligárquicas, se sobrepunham às reais necessidades nacionais.

“O Estado Nacional surgiu da Constituição de 1937, consagrando os princípios básicos da Revolução de 1930, em forma adaptada à sociedade civil brasileira e às exigências da época que atravessamos. Esses princípios são: reconstrução política consagrando o centralismo como método próprio de impulsão progressista, em vez dos particularismos federalistas, porta aberta a todos os vírus de desagregação, capazes de ameaçar a unidade e a soberania nacionais”³.

No que se refere à estrutura econômica da República Velha, considerava-se que a ênfase na atividade exportadora como núcleo dinâmico da economia, havia prendido o país numa relação direta com exterior e dado origem a complexos econômicos ou a economias regionais que conviviam num espaço nacional compartimentado, como uma espécie de “arquipélago econômico”. Tal fato era, ainda, agravado pela existência de impostos interestaduais, que dificultavam a circulação de mercadorias em território

² DINIZ FILHO, Luís Lopes. DINIZ FILHO, Luís Lopes. **Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1.937-1.945)**. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado em Geografia, 1.993, p. 58.

³ VARGAS, Getúlio. VARGAS, Getúlio. **Diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d. (194?), p. 63

nacional. Assim, a estrutura econômica exportadora fazia com que as diferentes regiões brasileiras tivessem vinculações externas muito mais importantes do que as que se estabeleciam internamente.

A opção imigrantista anterior também era considerada um fator de estímulo à fragmentação territorial brasileira, pois, ao ter se fundamentado no imigrante estrangeiro, além de não ter criado vínculos mais consistentes entre as diferentes regiões do país, permitiu a constituição de núcleos homogêneos de imigrantes, que estabeleciam ligações profundas com os seus países de origem, mantendo seus hábitos de consumo e o idioma estrangeiro.

Tais ocorrências, imaginava-se, criavam dificuldades. Primeiro, porque permitiram o surgimento dos chamados enquistamentos étnicos (de comunidades estrangeiras que não se integravam à nacionalidade brasileira e, portanto, não se identificavam com o país), que num contexto de fortes pressões expansionistas, por parte de algumas nações centrais, poderiam converter-se em elementos de apoio para que essa expansão se realizasse sobre o território nacional, favorecendo sua fragmentação. Devemos lembrar que as nações com fortes tendências expansionistas, Alemanha, Itália e Japão, eram aquelas que possuíam tradicionais comunidades de imigrantes no Brasil e que, na época, existiam ações políticas desses países sobre os imigrantes aqui estabelecidos⁴. Segundo, porque a manutenção dos hábitos de consumo havia feito desses núcleos homogêneos de imigrantes um mercado cativo para as mercadorias de seus países de origem, dificultando assim a inserção ativa desses núcleos no mercado nacional⁵.

Tais considerações acerca das heranças do regime anterior e dos problemas provocados por elas à integridade territorial brasileira explicam-se da seguinte forma: o

⁴ Ver NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A ordem nacionalista brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2002, p. 31

⁵ Esse foi, inclusive, um dos motivos que animaram a formulação e a implementação, na segunda metade do século XIX e início do século XX, de uma verdadeira política de transferência populacional por parte de alguns países europeus, como a Itália e a Alemanha. Ver IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, cap. 1 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A ordem nacionalista brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2002, p. 27/ 30. É verdade também que algumas indústrias surgiram no Brasil procurando produzir sucedâneos para produtos importados pelas colônias de imigrantes e que no momento a importação encontrava-se dificultada, mas a prática de consumo de produtos industriais estrangeiros por imigrantes e seus descendentes continuava a preocupar o governo.

processo de desenvolvimento econômico sustentado pelo mercado interno e a manutenção da integridade territorial configuravam-se como elementos interdependentes. O desenvolvimento industrial reclamava a integridade territorial na medida em que só poderia se desenvolver se essa fosse mantida e representasse a possibilidade de conquista de novos mercados internos. Simultaneamente, ao se desenvolver, integrando novos mercados e regiões nacionais, o desenvolvimento industrial possibilitava a superação das tendências fragmentadoras que atuavam sobre o território. Podemos afirmar, portanto que a defesa da integridade territorial era pré-requisito para o deslanche da industrialização, ao passo que, reciprocamente, a industrialização também favorecia a manutenção da integridade do território nacional.

Essas reflexões não escapavam à percepção dos ocupantes do aparelho de Estado e de muitos observadores do período que possuíam fortes influências na formulação de políticas da época. Isto pode ser observado a partir da análise de uma série de textos produzidos e publicados em boletins oficiais e em textos de debate sobre a realidade brasileira que eram utilizados como pontos de reflexão e de elaboração de políticas propostas e encaminhadas.

Como exemplos desses textos podemos indicar os boletins do SIC (Serviço de Imigração e Colonização), das Secretarias Estaduais de Agricultura e de Revistas publicadas pelo governo. Nesses casos, um destaque deve ser feito às Revistas Cultura Política e Ciência Política que passaram a ser publicadas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a partir de 1941.

Essas revistas, principalmente a primeira, procuravam se colocar como um fórum de debates acerca dos problemas nacionais. Na revista Cultura Política, organizada pelo próprio diretor do DIP, Almir de Andrade, um dos principais intelectuais do Estado Novo, discutia-se, em tom apologético, as realizações do governo Vargas, desde a sua chegada pelo movimento de 1930. Embora enfatizassem o período posterior ao golpe de novembro de 1937, faziam um balanço das alterações desencadeadas pelo governo e acentuavam as mudanças de direção que se estabeleceram em relação ao período anterior; sugeriam diretrizes para a ação governamental; estabeleciam interpretações históricas acerca de acontecimentos e processos da vida nacional. Era uma revista destinada a um público mais restrito e

abrigava os intelectuais de maior porte que apoiavam o governo. Enfim, funcionava como um instrumento de articulação e difusão política, em consonância com os objetivos do Estado Novo.

A revista *Ciência Política* apresentava características semelhantes, possuía, entretanto, um caráter mais amplo, procurando atingir um público mais popular e uma intelectualidade “média”. Apesar de seu nome, não tinha pretensões científicas e pelo fato de seus artigos serem, na maior parte das vezes, transcrição de textos destinados a palestras, apresentava um caráter mais pragmático.

Nessas revistas, que procediam a uma análise da realidade brasileira e, ao mesmo tempo, avaliavam as ações do governo brasileiro e a execução de suas políticas, em praticamente todos os números publicados, aparecem textos relativos à problemática da integridade territorial brasileira e sua relação com a política migratória⁶.

Um bom exemplo de como a integridade territorial era considerada um fator fundamental para o desenvolvimento econômico, e de como essa integridade poderia ser alcançada por meio do estímulo e do controle migratório, aparece de maneira bastante clara na análise de Nelson Werneck Sodré em um artigo, denominado *Fronteira*, publicado no número 2, abril de 1941, na *Revista Cultura Política*.

Nesse artigo, analisando a realidade concreta de uma parte do território nacional localizado nos limites Sul do Mato Grosso, do Noroeste do Paraná e do Paraguai, nas proximidades da região de Sete Quedas, o autor relata a importância da ação governamental na sua manutenção ao território nacional. Para ele, a própria natureza conspirava para que essa área se separasse do território brasileiro, já que o seu relevo e a corrente das águas a empurravam diretamente à região do Prata⁷. Após algumas interessantes experiências de ocupação realizadas durante a colônia, por meio do bandeirismo, na extração mineral, tal região havia adentrado o século XX, com o permanente problema de sua integração ao território nacional.

⁶ Isto pode se exemplificar a partir da série de textos, elaborada por Arthur Heil Neiva, versando sobre a História dos movimentos imigratórios no Brasil.

⁷ Devemos lembrar que, a partir do início da década de 1930, a histórica rivalidade com a Argentina ganhou grande intensidade, a ponto de se constituir como um dos principais problemas territoriais do período, uma vez que a Argentina implementava uma política de fortalecimento de suas forças armadas e de ampliação das influências sobre os países vizinhos. Ver CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000, p. 54

Segundo o autor, três fatores históricos haviam sido responsáveis por tal fato: a regressão da ocupação após a primeira experiência bandeirante, em virtude da falência da mineração; a sua posterior ocupação por uma atividade econômica pecuarista que implicava forte dispersão humana, em agrupamentos rarefeitos e nômades e dava origem à edificação de uma forma de organização política localista expressa por um regime municipal de pouca articulação política e econômica com outras regiões; a sua ocupação posterior por meio da colonização efetuada por estrangeiros em grandes propriedades. Assim, o grande problema para a incorporação dessa área ao território nacional esteve, desde cedo, ligado às atividades econômicas que haviam sido desenvolvidas e ao fator humano⁸.

As atividades econômicas anteriormente desenvolvidas não estabeleciam vínculos econômicos e políticos com o restante do corpo nacional. Inicialmente, a pecuária, voltada à exportação, impunha ameaças pela dispersão humana – que corresponde a um aspecto típico da organização de seu sistema produtivo - e pelo fato de sua produção não se vincular diretamente a outras regiões do território nacional. A conjugação desses dois elementos criou condições para o estabelecimento de uma organização política fortemente localista, expressa por uma organização municipal que fugia à possibilidade de controle e do exercício da autoridade por parte do governo central: “... a organização municipal teve um princípio impreciso. [...] demasias estranhas, descomedimento, a impossibilidade prática da autoridade”⁹. Dessa forma, a atividade econômica pecuarista implicava uma incapacidade de indução ao desenvolvimento:

“Encontrando, em suas origens, já o regime municipal em sua fase de positivo e irreparável declínio, as comunas fronteiriças não puderam fugir aos imperativos característicos do momento e do local, não tiveram forças para articular um processo de desenvolvimento que marcasse a fonte de uma energia nova, capaz de operar transformações fundamentais”¹⁰.

Assim, a atividade econômica pecuarista voltada à exportação e a dispersão populacional daí decorrente, colaboravam para a forte tendência separatista desta região

⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Fronteira**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 2, abril de 1941, p. 25/26.

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 26

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 26/27

do restante do território nacional, expressa pela “*ânsia autônoma da grande propriedade pastoril*”¹¹.

Se estes eram “*os problemas da grande propriedade pastoril*”¹², sua solução poderia se dar pela introdução da agricultura. Essa introdução se deu, entretanto, posteriormente, pela grande propriedade em mãos estrangeiras, a partir de movimentos imigratórios e colonizadores, apenas aparentemente, voltados a assegurar a posse dessas regiões. Nesse caso, a situação se agravou:

*“Se a grande propriedade de srs. nacionais foi uma espécie de mal necessário, oriunda da formação e da conquista de terras que, no passado, tenderam sempre a fugir ao todo nacional, a grande propriedade estrangeira soma, a esses males, o de suas origens espúrias, o de seu caráter estático, o de seu “anti-nacionalismo precípua”*¹³.

O autor critica a colonização baseada na propriedade e em elementos estrangeiros, pois estes:

*“Se colocavam sobre grandes vias de comunicação, rios e vias férreas, [representando] ‘ameaças nas encruzilhadas propícias’. Municípios houve que viram entregues à mão estrangeira extensões formidáveis. [...] além da grande propriedade pastoril nômade, no panorama da fronteira, quasi não havia proprietários nacionais e [...] por parte dos trabalhadores o panorama fronteiriço era de deserção e pobreza”*¹⁴.

Dessa forma, a propriedade estrangeira na região fronteiriça catalisou a tendência separatista da região, impedindo e ameaçando a sua efetiva integração com o restante do território nacional e, ao mesmo tempo, implicando a incapacidade da realização de seu desenvolvimento.

Diagnosticando o problema da região, Sodré faz um comentário positivo acerca da ação do governo, no sentido da garantia da manutenção dessa região ao território brasileiro e do impulso que essa manutenção possibilitou ao seu desenvolvimento, ao articulá-la ao mercado interno. Tal comentário é bastante importante, pois nos denota claramente como a necessidade da defesa da integridade territorial nacional era um elemento fundamental na formulação de políticas relacionadas aos deslocamentos populacionais no período em questão. Segundo o referido o autor, os deslocamentos

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 27

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 27

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 27

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 28/29

populacionais deveriam assegurar a manutenção da integridade territorial, por meio da introdução de elementos nacionais na fronteira, em pequenas propriedades de caráter familiar, voltadas á produção agrícola, vinculada ao abastecimento interno:

*“O problema está, pois, em admitir o processo mais compatível com a inevitável alteração a introduzir. O país precisa fixar elementos nacionais na fronteira, por meio de atividade destinada à agricultura. [...] só a posse da terra confere tais horizontes. Só a civilização da agricultura permite uma perspectiva tão expressiva, indispensável”*¹⁵.

Segundo Sodré, era isso que o governo deveria fazer, fez e continuava fazendo. Avaliava, portanto, de maneira positiva a política e a ação governamentais em relação aos deslocamentos populacionais que foram sendo definidas ao longo dos anos de 1930. Para ele, em março de 1939, *“o governo decidiu intervir”*¹⁶, por meio do Decreto-Lei 1.164 de 18 de março de 1939¹⁷.

O caráter positivo da intervenção governamental e do Decreto-Lei se expressava pelo fato de que o mesmo previa a constituição de uma faixa de fronteira de 150 km dentro da qual só poderia haver posse de nacionais; a concessão de terras e a transferência de pessoas para as regiões de fronteiras se transformavam em matérias a serem tratadas pelo Conselho de Segurança Nacional; a concessão de lotes seria feita a brasileiros natos, com capacidade para o trabalho agrícola; e as concessões de terras, nas faixas fronteiriças, seriam limitadas a dois mil hectares¹⁸.

Dessa maneira, o Decreto-Lei, ao garantir a transferência de brasileiros às regiões fronteiriças e a sua fixação a partir da posse da terra, permitia uma ação contrária aos principais fatores que ameaçavam a integridade do território nacional, pois se colocava contra a grande propriedade exportadora, contra o nomadismo e contra a posse estrangeira em partes importantes do território nacional, que se encontravam desligadas do corpo econômico da nação. Por outro lado, o referido Decreto-Lei, também estabelecia garantias a princípios caros à manutenção do território nacional, na

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 29

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 29/30

¹⁷ Esse Decreto-Lei trata do encaminhamento e da fixação de trabalhadores nacionais nas regiões de fronteira

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit, p.30. Devemos lembrar que a produção possível em pequenas propriedades, que seriam a maioria na região, destinar-se-ia à produção familiar e ao abastecimento interno e que essa região possuía relativa proximidade do local onde foi instalada a CAN do Paraná, a CAN General Osório, que conservou o caráter de uma colônia militar.

medida em que defendia a produção e a organização familiar, a posse efetiva por trabalhadores nacionais e a sua fixação. Segundo o autor, a “*tarefa nacionalizadora teria sido iniciada*”¹⁹.

O texto de Werneck permite a argumentação de que a preocupação com a integridade do território brasileiro se constituiu numa das bases da elaboração de novas políticas e de novas práticas relativas aos processos de deslocamento populacional no pós 1930. O texto possibilita a percepção de como a integridade do território era considerada um elemento fundamental para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento calcado no mercado interno; permite perceber, também, como, na visão do autor, a integridade territorial encontrava-se ameaçada pelas práticas políticas, econômicas e migratórias do pré 1930 e como, essas avaliações se articularam numa política colonizadora e migratória, que tinha por fim precípuo, dar curso a uma tarefa que se considerava nacionalizadora e modernizadora.

É importante lembrar que, apesar de ter sido publicado em 1941, o texto em questão procura compreender o processo de constituição de aspectos importantes da política migratória do governo Vargas, estabelecendo justificativas históricas para a sua implementação. Devemos acrescentar, ainda, que tal texto foi publicado numa revista que se comportava como um porta-voz das visões governamentais, dando-lhe, por isso um caráter quase oficial.

Os aspectos que foram claramente alinhavados por Werneck Sodré, de como a manutenção da integridade territorial representava um fator primordial para o desenvolvimento brasileiro, de como tal integridade esteve fortemente ameaçada pelas práticas anteriores e de como os movimentos migratórios poderiam ser compreendidos como fator de superação desses problemas, encontram-se em outros artigos publicados no mesmo número da Revista Ciência Política. Ao defender o programa de ocupação do interior consubstanciado no Programa “Marcha para o Oeste”, Cassiano Ricardo, considerado um dos principais expoentes do pensamento “capitalista autoritário” do período afirma, em seu texto intitulado “Estado Novo em seu sentido bandeirante”:

“O litoral continua sendo a antítese do Oeste. [...] Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que novamente caminha para o oeste, realizando seu imperialismo interno. [...] Em qualquer hipótese, ainda tudo

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 30

indica que o poder público será o primeiro a organizar ou amparar bandeiras que ponham em permanente contacto a civilização do litoral com os centros rurais e sertanejos que necessitam de assistência e benefícios técnicos”²⁰.

Temos, nessa citação, três elementos interessantes a serem observados. Em primeiro lugar, a valorização do interior em detrimento da civilização do litoral, constantemente associada, no “pensamento capitalista autoritário”, às práticas econômicas exportadoras que faziam do mercado externo, o mercado prioritário da produção nacional. Em segundo, a figura do imperialismo interno, expressando a necessidade de unificação das fronteiras políticas e econômicas, o que, de certa forma, expressa o objetivo da integração de novas áreas aos circuitos econômicos e, portanto, da conquista de novos mercados, consumidores e ou produtores de matérias-primas e produtos primários, vinculando, inclusive, os enormes fundos territoriais brasileiros como um sucedâneo das conquistas territoriais externas empreendidas pelas potências capitalistas centrais. E, por último, a identificação dos movimentos populacionais do período, rumo ao interior, induzidos e incentivados pelos programas estatais, com a experiência histórica das bandeiras, construtoras do território nacional, na visão do referido autor.

A apresentação desses movimentos populacionais rumo ao oeste, estimulados e conduzidos pelo Estado e compostos majoritariamente por nacionais, como uma forma de combate às tendências fragmentadoras que atuavam sobre o território nacional, que se constituíam como uma herança da política e das práticas migratórias do regime anterior, fica patente a partir das seguintes considerações:

“O Estado moderno combate os quistos étnicos e outra coisa não fez a bandeira contra o quisto negro dos Palmares e contra o quisto vermelho do recôncavo. Falamos em nacionalização das fronteiras, mas estamos apenas repetindo o gesto dos nossos maiores que marcaram as fronteiras geográficas dentro dos quais se processaria o nosso destino de povo e de nação”²¹.

Percebe-se, portanto, a crítica às práticas imigratórias do regime anterior que, ao permitir a fixação de nacionalidades homogêneas em partes significativas do território nacional, havia criado os chamados enquistamentos étnicos, que, naquele momento,

²⁰ RICARDO, Cassiano. **Estado Novo e seu sentido bandeirante**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 1, março de 1941, p. 128.

²¹ RICARDO, Cassiano. op. cit., p. 131

precisavam ser combatidos para que se garantisse a integridade territorial e a real construção da nacionalidade²². Entretanto, a referência, na passagem acima, à ação das bandeiras no combate aos quilombolas e na assimilação dos índios, indica que, apesar do forte nacionalismo aparente, a integridade nacional não estaria vinculada a um tipo qualquer de sociedade. Não se cogitava a construção de formas societárias alternativas ou de características comunitárias. Apesar da defesa do intervencionismo estatal e da crítica ao estrangeiro, o que se evidencia é o compromisso com uma integração nacional de caráter capitalista. O antiliberalismo e o antiestrangeirismo não distanciam o pensamento autoritário, em geral - e o de Cassiano Ricardo, em particular - da defesa de uma ordem capitalista, o que se pretendia é a construção de um capitalismo nacional, ou, pelo menos, de um capitalismo que fosse dinamizado internamente.

Além disso, devemos lembrar que Cassiano Ricardo era paulista e a maior parte da sua atuação intelectual e política esteve baseada em São Paulo²³, por isso é legítimo supor que a idealização e a apologia em relação às bandeiras estivessem ligadas a outros aspectos menos perceptíveis, tais quais a defesa de uma integração nacional liderada por São Paulo com a conseqüente garantia de mercado para as indústrias que ali estavam se concentrando. A própria idéia de realização do “nosso imperialismo interno” evidencia e reforça a idéia de conquista territorial, ou seja, a visão de que a incorporação e a permanência da parte situada a oeste do território brasileiro dependeriam do avanço paulista. Assim, a integração dessa área seria garantida, pois, pela sua inserção no mercado brasileiro como consumidora das manufaturas paulistas e como fornecedora de gêneros agrícolas e matérias-primas para São Paulo, daí a defesa intransigente que faz da ocupação dessa região com base na pequena propriedade.

Tais considerações de Ricardo acerca da necessidade da efetiva integração do oeste brasileiro, com a conseqüente manutenção de sua integridade, a partir do avanço das novas bandeiras paulistas indica-nos o seu compromisso com a construção de uma nova ordem capitalista no Brasil sustentada pelo desenvolvimento industrial.

²² Segundo Moniz Bandeira, em 1938, o embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão, chegou a denunciar um plano alemão visando separar os três estados brasileiros do sul e colocá-los sobre o seu domínio. Os elementos desencadeadores de tal ação seriam os imigrantes que viviam em colônias homogêneas nesses três estados. Ver: BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 46.

²³ Cassiano Ricardo foi o Diretor da seção paulista do DIP durante um período importante do Estado Novo

Não se trata, apenas, como diz Guilherme Otavio Velho²⁴, de um excesso de regionalismo ou de uma tentativa de reconciliação de São Paulo com o Estado Novo ou com o Regime Vargas, mas de um compromisso com a indústria que naquele momento se desenvolvia de maneira concentrada em São Paulo.

É verdade, todavia, que existem interpretações que afirmam que Ricardo não estava comprometido com a defesa do desenvolvimento industrial no Brasil, e que o mesmo preconizava, como modelo para o Brasil, uma sociedade agrícola baseada na existência de pequenas propriedades, o que o caracterizava como um agrarista moderado. É o que encontramos, por exemplo, em Diniz Filho:

“Cassiano Ricardo não parece contrapor categoricamente os espaços rural e urbano. Em primeiro lugar, porque não seria correto ver esse autor como um agrarista radical, já que ele em momento algum parece propor um retorno da população urbana ao campo. Em segundo lugar, porque seria um erro caracteriza-lo como defensor de um projeto urbano-industrial para o Brasil, posto que sua obra dá muito pouca atenção à indústria, mesmo que de um ponto de vista histórico. Num dado momento, Ricardo elogia as atividades industriais que cresceram nas áreas mineradoras descobertas pelo bandeirantismo, mas isso tão somente em relação à forma como estas teriam apressado a abolição da escravidão, e não como a antecipação de um inexorável Brasil industrial. [...] Ricardo não parece encarar o desenvolvimento industrial como uma condição necessária para o desenvolvimento futuro do país, permanecendo, pois, numa posição de agrarismo moderado”²⁵.

Entretanto, outras interpretações convergem no sentido de apresentá-lo como um intelectual comprometido com a liderança econômica de São Paulo e com o projeto de industrialização que se desenvolvia em solo paulista.

“É preciso assinalar que, no pensamento de Ricardo, pequena propriedade está intimamente associada a desenvolvimento industrial. [...] Ocorre que a bandeira de Ricardo, estruturada economicamente à base da pequena propriedade, é, também, a geradora da mineração do café e, conseqüentemente, da industrialização. [...] A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o “novo” implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida.”²⁶

É interessante observarmos que, apesar de o referido autor preconizar a integração do oeste, como forma de garantir a sua manutenção ao território nacional a partir da liderança paulista, recorrendo ao mito das bandeiras, não seria de São Paulo

²⁴ VELHO, Guilherme Otavio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976, p. 136

²⁵ DINIZ FILHO, Luiz Lopes. op. cit., p. 119

²⁶ LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico do país**. Campinas: Unicamp. Capítulo não publicado de: **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus. 1986. p. 93/95.

que sairiam os recursos humanos necessários para a execução dessa empreitada. Os trabalhadores que se destinariam a essa experiência colonizadora deveriam ser nacionais, mas de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste. É evidente, portanto, a percepção do autor da necessidade de combinação dos diferentes níveis regionais de desenvolvimento para a viabilização da integração econômica do país, para a realização da conquista de seu território e para a garantia de sua integridade.

São Paulo seria a faixa de onde sairiam os estímulos integradores pelo fato de ser a região produtora de manufaturas e consumidora da produção agrícola e das matérias-primas produzidas no oeste, ou seja, seria a região ativa da economia nacional, onde se processava o desenvolvimento industrial e que, por isso, não possuía excedentes populacionais. O Oeste, inversamente, ao ser povoado e integrado economicamente, converter-se-ia numa região produtoras de gêneros agrícolas e de matérias-primas e consumidora de manufaturas. O Nordeste fecharia o círculo, ao contribuir para esse esforço integrador, com os seus excedentes populacionais, originários de sua economia adormecida, baseada em latifúndios praticamente “auto-suficientes”. Uma economia pouco adequada à modernização, à industrialização e à absorção de mão-de-obra e, portanto, geradora de excedentes populacionais.

É possível perceber como, na análise do autor, a idéia de imperialismo interno ganha um significado expressivo. A conquista e a integridade territorial seriam asseguradas pela ampliação e integração do mercado nacional, tanto do ponto de vista da produção, da circulação e do consumo de mercadorias como do ponto de vista do trabalho. A reconstrução da nação estaria assegurada pela superação do arquipélago econômico e pelo povoamento das áreas ditas vazias. Para tal se articulariam, num novo espaço realmente nacional, diferentes regiões do Brasil, capitaneadas pelas novas bandeiras, pela nova Marcha para o Oeste, impulsionada por São Paulo.

Se no passado, o avanço ao interior fora possível pela união e harmonização étnica entre o branco, o índio e o negro, agora, na reedição dessa epopéia bandeirante, deveriam se conjugar o esforço modernizador de São Paulo, as potencialidades oferecidas pelo Oeste e o elemento humano nordestino. O avanço seria possível pela harmonização das diferenças regionais: São Paulo moderno, Oeste despovoado e Nordeste atrasado.

Assim como as primeiras bandeiras geraram o primeiro ímpeto construtor do território nacional e o Estado “larvar” brasileiro, a nova Marcha para o Oeste daria e asseguraria ao território nacional seus contornos definitivos, configurando o verdadeiro e definitivo Estado Nacional.

“Falamos em nacionalização das fronteiras, mas estamos apenas repetindo o gesto dos nossos maiores que marcaram as fronteiras geográficas dentro das quais se processaria o nosso destino de povo e nação. [...] Não haverá mesmo surpresa em se dizer que o Estado Novo é várias vezes bandeirante. Bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa das nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; no espírito unitário, um tanto anti-federalista; na soma de autoridade conferida ao chefe nacional; na Marcha para o Oeste que é também sinônimo de nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é no seu conceito dinâmico de Estado.”²⁷

Podemos entender, assim, que o retorno ao passado por Ricardo não se limitou a uma mera mitificação das bandeiras e do papel de São Paulo na História do país, mas à defesa de uma nova ordem econômica, política e social que para se desenvolver necessitaria da constante conquista de mercados, o que implicaria a constante preocupação com a integridade do nosso território. Por outro lado somente a uniformização capitalista, induzida pelo núcleo mais dinâmico do país, poderia assegurar a manutenção dessa integridade nacional, contra as tendências dissolventes. Isso, por sua vez, impôs ao Estado a necessidade de conduzir uma política relativa aos deslocamentos populacionais consoante com os novos tempos, nos quais a ameaça de quistos estrangeiros estivesse superada e que se voltasse, por meio de elementos nacionais, a se produzir para o consumo interno. Como afirmou Lenharo:

“O redirecionamento político e suas modulações encontram-se gravados no discurso da proclamação da “Marcha para o Oeste”. Na virada de 1937 para 38, Vargas anuncia a que ela veio: consolidar, definitivamente, os alicerces da nação; “mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária...”. Não surpreende o modo como quer alicerçar a nação: dos seus “vales férteis e vastos”, de suas riquezas culturais e naturais seriam extraídos os recursos com que “forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. [...] O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste”. A criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combinava colonização e industrialização”²⁸.

²⁷ RICARDO, Cassiano. op. cit, p. 131 e 132.

²⁸ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 99/100. As partes entre aspas são citações de discursos de Vargas, extraídos de NEIVA, Arthur Hehl. **Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização**. In: Revista de Imigração e Colonização, 3(1): abril 1942, p. 50 e VARGAS, Getúlio. **A Nova política do Brasil**, volume V, Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1938, p. 124

BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil.** São Paulo: Ensaio, 1994.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Global / Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional.** São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

DINIZ FILHO, Luís Lopez. DINIZ FILHO, Luís Lopes. **Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1.937-1.945).** Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado em Geografia, 1.993.

IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico do país.** Campinas: Unicamp. Capítulo não publicado de: **A sacralização da política.** Campinas: Papirus. 1986.

NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A ordem nacionalista brasileira.** São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2002.

NEIVA, Arthur Hehl. **Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização.** In: Revista de Imigração e Colonização, 3(1): abril 1942

RICARDO, Cassiano. **Estado Novo e seu sentido bandeirante.** In **Cultura Política.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 1, março de 1941.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Fronteira.** In **Cultura Política.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 2, abril de 1941.

VARGAS, Getúlio. VARGAS, Getúlio. **Diretrizes da nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d. (194?).

VELHO, Guilherme Otavio. **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo: Difel, 1976.